

Da Precedência da Experiência Vivida e da Rebeldia na Crítica Clássica da Economia Política

Leo Vinicius Maia Liberato¹

Resumo: Revisitamos uma historiografia da formação do movimento operário na Europa para mostrar que a constituição desse sujeito político, isto é, um movimento rebelde e com uma prática de insubordinação, foi a base material da qual emergiu e ganhou sentido a crítica clássica da economia política. Sem aquele sujeito político, os conceitos dessa teoria crítica ficam sem referentes. A tese aqui defendida, portanto, é de que é a partir da experiência vivida de sujeitos que apresentam uma prática de antagonismo e insubordinação nos dias de hoje que se pode fundamentar uma teoria crítica com valor prático.

Palavras-chave: movimento operário; sujeito político; teoria crítica

Abstract: We revisit a historiography about the formation of the working class movement in Europe to show that the constitution of this political subject, that is, a rebel movement with a practice of insubordination, was the material basis from which the classical critique of political economy emerged and gained meaning. Without that political subject, the concepts of this critical theory lose their referents. We defend the thesis in this piece, therefore, that it is from the lived experience of subjects who demonstrate a practice of antagonism and insubordination today, that a critical theory with practical value can be founded.

Keywords: working class movement; political subject; critical theory

¹ Tecnologista Pleno II da Fundacentro. Este artigo é parte do resultado de pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Filosofia da USP, financiada pela Fapesp.

A preocupação que resultou no estudo e discussão aqui apresentados foi a de adequação entre teoria e prática. Mais precisamente preocupação com a falta de adequação do discurso predominante na esquerda ou entre anticapitalistas em relação ao fazer daqueles que, nos dias de hoje, apresentam uma prática de insubordinação ou antagonismo, uma prática que explicita conflitos sociais, fazendo-os se constituírem em um sujeito político. Num contexto em que esses sujeitos são em maioria despossuídos, sem-emprego, subempregados, trabalhadores informais, portando identidades como por exemplo de sem-terra ou sem-teto quando organizados, parecia-me que o discurso da esquerda, ligado a conceitos da crítica clássica da economia política estava em descompasso com essa realidade.

Na academia, mas também em meio à intelectualidade de organizações políticas marxistas hoje em dia, costuma haver uma precedência da teoria, dos conceitos da crítica da economia política, sobre a experiência vivida. Perdeu-se o que parece ser o fundamental dessa crítica clássica, seja a de Proudhon ou a de Marx: ela buscava valorizar o fazer, legitimar politicamente e empoderar – para usar um termo em voga – um sujeito político, um movimento social concreto com o qual esses pensadores se identificavam. O movimento operário, esse sujeito político, e sua prática de insubordinação, precederam e determinaram a crítica da economia política. Tal afirmação em si não chega a ser polêmica, embora suas conseqüências não sejam levadas adiante de uma forma geral. Estar ciente dessa precedência caminha lado a lado com o entendimento que permeou o estudo: mais importante que saber o que um Proudhon ou um Marx diziam, é saber por que diziam e para quem diziam. Em outras palavras, mais importante é entender a função que

os conceitos, a teoria e o discurso possuíam, os seus propósitos e objetivos. Por isso a hipótese que seguimos é a de que as formulações dos pensadores clássicos, críticos da economia política, deveriam ser entendidas fundamentalmente como parte de um processo de valorização de um movimento ao qual eles se identificavam em seu tempo.

Rebeldia coletiva e a ciência do socialismo

À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também *a revolta da classe trabalhadora*, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados (Marx, 1989, p. 881, grifo meu).

Como indica o contexto da citação acima, a revolta (da classe trabalhadora) aparece em Marx apenas como uma mediação humana de leis históricas imanentes: um veículo da realização de leis históricas cujo vetor seria o “desenvolvimento das forças produtivas”. Seu contemporâneo e adversário na Associação Internacional dos Trabalhadores, Mikhail Bakunin, via, no entanto, a revolta, a rebeldia, como categoria fundadora do progresso social. Chegou a polemizar com Marx quanto ao tema. Contrapondo-se ao que seria um determinismo econômico, Bakunin (2001) acusa Marx

de não levar em conta o *instinto de revolta*, e todos os fatores históricos e culturais que favoreceriam esse instinto, como força do desenvolvimento histórico.

A centralidade dada por Bakunin à rebeldia, no seu pensamento e discurso, lhe dando um status de categoria política, tem uma linhagem, embora um tanto marginal nas ciências humanas e na filosofia contemporânea, que chega aos nossos dias: passando principalmente por Camus, ganhando fôlego no discurso e visão de mundo expostos pelos neozapatistas chiapanecos, e tendo em John Holloway o sistematizador de uma teoria da insubordinação, ou teoria rebelde, que mescla marxismo e zapatismo².

Castoriadis (1987) afirma que a única *ação política* digna desse nome é a ação que visa uma nova instituição de sociedade; uma ação que visa realizar plenamente o projeto de autonomia. Ação política que só teria se tornado possível com a criação histórica da autonomia. Autonomia que estaria ligada, por sua vez, à capacidade de questionar as leis instituídas, sejam elas formais ou informais. Se entendermos a rebeldia como comportamento, fenômeno ou ação que questiona e se contrapõe a situações ou instituições estabelecidas ou em curso, não é difícil apreendermos no pensamento de Castoriadis a rebeldia como uma categoria política implícita. Se é certo que a rebeldia vai além do simples questionamento – ela abre luta contra/por algo –, como indica a própria etimologia da palavra, a qual nos leva à idéia de ‘travar guerra contra’, o sujeito político, o agente político, é antes de tudo um sujeito rebelde, ou ao menos um sujeito que questiona o instituído, através de uma determinada prática. Esse questionamento, ou essa rebeldia, antecede e determina a possibilidade de ação política, de ação transformadora das próprias

² Para uma discussão mais extensa sobre a rebeldia como categoria política, as contribuições de Bakunin, de Camus, dos zapatistas e de Holloway, ver o capítulo I de Vinicius (2014).

leis da sociedade. É o que Castoriadis (1991) deixa claro ao afirmar que “é na sociedade e na história que aparece a subjetividade reflexiva e deliberante, e o sujeito político, enquanto ele se opõe aos indivíduos que são simplesmente conformes à instituição de sua sociedade”.

A rebeldia de uma classe trabalhadora, em processo de formação, não passaria sem menção na historiografia da formação do movimento operário europeu. Lindermann (1983) e Moss (1976) se reportaram a uma *classe trabalhadora que sofre* como um grupo crescente e com um sentido proletário de insegurança e rebeldia. Nas décadas de 1830 e 1840, *proletário* iria se tornar um termo usado antes de tudo para descrever trabalhadores subversivos e rebeldes (Lindermann, 1983). Tal relação semiológica também nos recorda, ou nos mostra, como uma prática ou comportamento rebelde era indissociável da própria formação, reconhecimento e surgimento como sujeito político da classe trabalhadora oitocentista.

A prática rebelde e de resistência de um proletariado antecedeu e determinou a crítica da economia política que intelectuais socialistas iriam desenvolver no século XIX. Como diriam Cole e Filson (1951) em relação ao caso britânico, nos anos 1820 emergiu uma escola de escritores que tentou fornecer uma base teórica à ação econômica e social das classes trabalhadoras. Essa teoria e crítica apareceriam, portanto, como suporte a um grupo, a uma prática, numa luta por hegemonia mas também como reforço de representações coletivas mobilizadoras. O britânico Thomas Hodgskin – um dos primeiros intelectuais a escrever sobre economia política e ensiná-la de uma perspectiva trabalhista – , explicitaria isso em 1825, ao escrever a esse respeito que, uma vez o trabalhador não se sentindo molestado até então pelas pretensões do capital, não havia

utilidade em opô-las com argumentos, mas uma vez modificado esse quadro, quando a prática dos trabalhadores despertara a resistência, isso lhe determinava a tentativa de derrubar a teoria (a economia política estabelecida) nas quais elas estariam baseadas e justificadas³. Thompson (1987) também observara que a teoria de Hodgskin⁴ derivava em grande parte da experiência dos ofícios londrinos, o que nos indica mais uma vez a precedência da prática e da experiência vivida em relação à teoria na formulação dos primeiros tratados de crítica da economia política, de vieses anticapitalistas.

Na década de 1830, “quando Marx ainda era um adolescente”, como lembra Thompson (1987), “a luta pelas mentes dos sindicalistas ingleses, entre uma economia política capitalista e uma socialista fora ganha (pelo menos temporariamente)” (p.436). Os vencedores teriam sido os socialistas (Thomas Hodgskin, Willian Thompson, James Morrison, Bronterre O’Brien, entre outros): o capital era trabalho acumulado, “da roupa e da comida dos miseráveis”⁵. Vitória bastante natural uma vez que boa parte das abordagens dos economistas socialistas partiam da experiência vivida dos trabalhadores, ou iam ao encontro delas.

Mas não se tratava meramente de luta pelas mentes dos trabalhadores. Havia que se contrapor aos postulados de uma economia política que se erigia como ciência que justificava as coisas como eram, incluindo a condição econômica e social dos trabalhadores. O rápido desenvolvimento da industrialização deu força às doutrinas de

³ “The claims of capital, are, I am aware, sanctioned by almost universal custom; and as long as the labourer did not feel himself aggrieved by them, it was of no use opposing them with arguments. But now, when the practice excites resistance, we are bound, if possible, to overthrow the theory on which it is founded and justified” (Hodgskin, 1825).

⁴ Hodgskin teve grande influência na classe trabalhadora inglesa, segundo seu contemporâneo Francis Place, o qual desaprovava suas idéias. Cf. Parssinen (1973) e Thompson (1987). Francis Place (1771-1854), inglês, trabalhou como alfaiate, participou de movimentos reformadores e progressistas, e publicou em 1822 *Illustrations and Proofs of the Principles of Population*.

⁵ *Man*, 13 de outubro de 1833 (*apud* Thompson, 1987, p. 437).

Smith, Malthus e Ricardo. Desde Adam Smith a economia política ganhara uma grande força social, e suas leis, nas palavras de Cole (1948), ganhariam uma devoção quase religiosa. Governantes e empresários, sob a influência de transformações econômicas, afirmavam a nova doutrina do *laissez faire* com citações de Adam Smith e dos economistas políticos que o seguiram. Evocada para justificar os abusos do sistema industrial, dando-lhes a sanção científica da inevitabilidade de leis naturais, a economia política era usada, até mesmo contra as intenções de Smith, Ricardo ou mesmo Malthus, para a apologia do estabelecido (Cole, 1948; Hammond; Hammond, 1967).

O status da economia política se tornou tal que, segundo os historiadores John e Barbara Hammond (1967), Smith e Malthus estavam se tornando tão familiares nos debates parlamentares quanto um Cícero ou um Virgil. O debate público sobre as questões sociais passava cada vez mais pelos temas e teses da economia política, e sua autoridade era evocada para fundamentar e dar autoridade aos pontos de vista. Evidentemente, os economistas políticos críticos, socialistas ou proto-socialistas, não conseguiram penetração entre as camadas governantes e altas da sociedade inglesa no período de formação da classe trabalhadora. A economia política acabou produzindo no período de *Riqueza das Nações* até a década de 1830 um temperamento resignado entre os políticos britânicos, diante das misérias e sofrimentos da sociedade industrial que ganhava corpo.

Quando Marx (1980) apontava que Ricardo fazia parte do grupo dos economistas que representavam o capital industrial, não podia restar dúvida que ele próprio se colocava no grupo dos economistas que representava os trabalhadores (produtivos). Atrás dos postulados da ciência *economia política*, e mesmo das concepções

de trabalho produtivo, Marx tinha claro que se tratava de disputa entre classes e interesses de grupos. Em um sentido gramsciano, parte de uma disputa por hegemonia. Smith e Ricardo não teriam outra missão “se não a de demonstrar como a riqueza se adquire nas relações de produção burguesas” (Marx, 2004, p.140). Arguto, Marx expunha a relação contextual entre as teses econômicas que surgiam e se alteravam, e os interesses burgueses que também surgiam e se alteravam. Para Marx (1980, p.283-284) as teses econômicas daqueles que representavam a burguesia se alteravam historicamente, à medida que esta tomava domínio do Estado e subsumia os *serviços* a seu interesse. Longe de uma ciência que traria uma verdade objetiva distante dos sujeitos sociais, a economia política se desenvolveria por formulações com interesse prático a determinados grupos ou classes.

Elementos de constituição: forças econômicas, experiências e tradições

Pode-se dizer que a teoria socialista encontra sua lógica interna nas crises e transformações política e econômica que sacudiram a antiga sociedade européia, durante a primeira metade do século XIX (Russ, 1987). Na França, o desenvolvimento em massa do socialismo entre a classe trabalhadora ocorreu fora das diversas escolas socialistas (Sewell Jr., 1986). O sectarismo e dogmatismo dessas escolas, junto com a rejeição da atividade política, as afastavam da classe trabalhadora. Corroborando o que Moss (1976) havia apontado quanto ao socialismo francês predominante até fins do século XIX, de características federalistas e associativas, ele poderia ser descrito como uma *ideologia vinda*

de baixo, da experiência vivida e tradições dos trabalhadores qualificados⁶ que formavam o movimento operário. Controlando todo o processo de produção sem o auxílio de um mestre, esses trabalhadores podiam facilmente se enxergar como os únicos verdadeiros produtores, e seus mestres como exploradores que usavam a posse do capital para extrair parte do valor real que os trabalhadores sozinhos produziram. Ao mesmo tempo, esses trabalhadores qualificados, ou artesãos, mantinham uma série de valores sociais – orgulho, autonomia, solidariedade de ofício, experiência organizativa, e um *ethos* igualitário nutrido pelo republicanismo popular – que motivaram uma resposta transformadora ativa (Moss, 1976). Esse socialismo federalista se originou da herança corporativa dos artesãos urbanos transformada pelos levantes revolucionários de 1830 e 1848. Essa herança corporativa se refere ao modo de produção e venda de bens no Antigo Regime, organizado por corporações – a qual se constituía em um corpo coletivo, diferentemente das individualizadas relações de mercado que dominariam posteriormente. As relações de produção nos ofícios dos artesãos eram sociais tanto num sentido institucional quanto moral. Os artesãos urbanos – diferentemente dos trabalhadores de fábrica – apreendiam seu trabalho como social, conseqüente da sua tradição corporativa. Tal tradição propiciava o entendimento de que o trabalho era e deveria ser regulado coletivamente e de que os trabalhadores de um mesmo ofício formavam uma comunidade moral solidária (Sewell Jr., 1986).

⁶ Em inglês a expressão *skilled worker* ou *skilled labourer* remete ao trabalhador cuja habilidade e conhecimento do ofício vindo de anos de prática e experiência o colocam muito próximo ao que se pode chamar de artesão, por isso utilizamos as expressões *trabalhador qualificado* e *artesão* indiferenciadamente. Na França foram esses trabalhadores que constituíram o movimento operário até o último quarto do século XIX, quando esses e os trabalhadores industriais se fundiram em meio ao movimento.

Seja também na Inglaterra ou na Alemanha, o movimento operário se formou a partir da própria atividade dos trabalhadores, e em diversos momentos e eventos sem nenhuma influência de teóricos (Thompson, 1987; Plum, 1979). Como procura mostrar Thompson (1987), os textos e idéias de um Robert Owen, por exemplo, tiveram influência apenas no sentido de terem servido como matéria-prima adaptada e utilizada pelos trabalhadores de acordo com suas próprias experiências vividas. O movimento operário, como sujeito político e no seu imaginário, foi resultado de uma combinação de forças econômicas, tradições e experiências vividas. Hammond e Hammond (1967) salientam que as classes trabalhadoras britânicas não foram convertidas por uma idéia iluminada, por uma frase mágica ou por uma filosofia gradual e libertadora qualquer. No período de formação da classe operária britânica teria ocorrido um estranhamento das classes trabalhadoras, não devido à influência positiva de idéias e de entusiasmo, mas devido ao efeito da experiência em modos de pensar e ver a vida. Os ensinamentos, teorias e discursos de intelectuais como Cobbett, Paine, Owen, entre outros, somente eram produtivos ou frutificavam quando a experiência vivida real tornava os trabalhadores prontos para recebê-los. Os problemas gerados pela Revolução Industrial teriam obrigado todos os afetados a pensar sobre eles. No entanto o ponto de partida dos ricos e dos pobres seria diferente: os primeiros partiam da abstração da propriedade privada, e os últimos, dos fatos de suas próprias vidas (Hammond e Hammond, 1967). Os movimentos por reformas, os movimentos sindicais e os cooperativistas que fizeram parte do processo da formação da classe operária britânica, foram, evidentemente, menos produto de líderes proeminentes do que de poderosas forças econômicas que levavam irresistivelmente a sociedade no sentido de uma nova categorização das pessoas e a uma reforma de

instituições e redistribuição do poder político. A liderança servia apenas para clarificar o movimento de forças, e para mobilizar a opinião com base nelas. Ilustrativo da determinação e preponderância dessas forças econômicas de uma época é o fato de socialismos muito próximos em conteúdo (associativismo, cooperativismo) terem se desenvolvido simultaneamente na França e Inglaterra sem evidência de que um tenha influenciado o outro nos seus primórdios (Cole, 1948).

Para Thompson (1987), pode-se dizer que a classe operária inglesa já estava feita, e não mais em formação, entre 1832 e 1833. Ainda segundo ele, a consciência dessa classe poderia ser vista sob dois aspectos: i) consciência da identificação de interesses de trabalhadores dos variados ofícios, expressa em diversas instituições e principalmente no sindicalismo geral; ii) consciência da identidade de interesses da classe operária como “classe produtiva”, enquanto contrários aos das demais classes (e o amadurecimento da reivindicação de um sistema alternativo). O trecho abaixo, do regulamento de uma sociedade de trabalhadores da aldeia tecelã de Pipponden, Reino Unido, formada em 1832, bem exprime como no imaginário da classe trabalhadora formada ela era a única criadora de toda a riqueza (a única classe verdadeiramente produtiva), e o valor-trabalho era idéia que emergia da própria prática, da própria experiência vivida dos trabalhadores:

O plano da cooperação que estamos recomendando ao público não é visionário, mas é praticado em várias partes do Reino: todos vivemos do produto da terra, e trocamos trabalho por trabalho, o que é objetivo pretendido por todas as Sociedades Cooperativas. Nós trabalhadores produzimos todas as comodidades da vida – por que então não trabalharíamos por nós mesmos e nos esforçaríamos em melhorar nossas condições? (...) Que o trabalho é a fonte de toda riqueza: por conseguinte, as classes trabalhadoras criaram toda a riqueza (*apud* Thompson, 1987, p.396).

A idéia marxiana do trabalho abstrato, substância comum e cristalizada nas mercadorias, tem sua base última, sua referência ou seu lastro social, na experiência vivida, na prática dos trabalhadores (trocar trabalho por trabalho) e da classe trabalhadora de então; um sujeito político do século XIX. A tese aqui posta é de que a teoria marxiana, nesse caso o valor-trabalho, só tem sentido prático e transformador, a qual era sua preocupação exposta nas *Teses Sobre Feuerbach*, e portanto só tem valor e sentido em si mesma, em relação a esse sujeito, a essa experiência vivida que é elemento formador desse sujeito político. Sem o sujeito político, o qual é indissociável dessa experiência vivida, a idéia marxiana perde seu sentido original, tornando-se apenas uma pretensa verdade objetiva, de validade universal, matéria de discussões puramente escolásticas.

Duas perguntas sobre trabalho produtivo

Em geral, para aqueles que se debruçam sobre o conceito de trabalho produtivo em Marx, a questão que se coloca, muito mais do que saber o que seria trabalho produtivo para ele (aquele que produz mais-valia), é determinar qual trabalho seria produtivo segundo sua definição, isto é, qual trabalho produz mais-valia.

Bem, a preocupação ou assunção implícita na pergunta *qual trabalho produz mais-valia* é de que o modelo teórico é que irá determinar qual grupo ou categoria terá, ou poderá ter, uma prática antagonista, de insubordinação, anticapitalista. Em outras palavras, contém o pressuposto de que o modelo teórico da mais-valia, e do conceito marxiano de trabalho produtivo, é o instrumento que determina, que nos faz descobrir o sujeito político – sujeito político virtual, ou em outras palavras, a classe-em-si. Ora, é a

prática de questionamento do instituído, ou o questionamento pela prática, que constitui o sujeito político, e é só a partir desse questionamento de um sujeito que assim se faz político que se torna possível, que ganha sentido, a produção de uma teoria ou modelo teórico crítico como, por exemplo, a teoria da mais-valia de Marx. O sentimento e a significação de exploração, assim como a constituição do sujeito político *classe trabalhadora*, são anteriores à formulação de um conceito crítico que conota a idéia de exploração a ser inserida no campo da ciência econômica. Foi o sujeito político que determinou a crítica da economia política, e a teoria da mais-valia. Mais do que anterior, o sujeito político no sentido dado por Castoriadis (1991), o sujeito rebelde e insubordinado, é a origem e a condição de possibilidade da teoria, é o referente desta. A pergunta em questão revela, dessa perspectiva, a tentativa de reencontrar, de produzir um referente para a teoria. Em última análise revela um déficit de referente da teoria, sua existência como simulacro.

Da mesma forma que Baudrillard (1995) afirmou o valor de uso como projeção e ilusão do valor de troca, poderíamos levantar que a classe-em-si, esse ente que a teoria crítica determinaria, é uma projeção da classe-para-si. Mais precisamente a classe-em-si é uma projeção da teoria crítica marxista e anarquista que só pôde emergir como idéia e determinação pela existência de uma classe-para-si, de uma classe sociológica, de uma classe concreta, enquanto movimento de insubordinação autoconsciente.

A teoria da mais-valia e do trabalho produtivo marxiana surge no quadro teórico que busca sancionar cientificamente a emancipação do proletariado, um sujeito político. Esse sujeito político, na forma de uma classe sociológica, autoconsciente e que se revolta e luta, era referente de Marx, Hodgskin e Proudhon, e não a teoria um referente para se

determinar uma suposta classe concreta, um suposto sujeito político potencial e destinado a se revoltar, agir, resistir e transformar.

A perda de uma classe concreta como referente se por um lado gera a busca ilusória de recriá-la pela teoria – como a pergunta *quem produz mais-valia* traz implícita – , por outro lado leva a autores marxistas mais heterodoxos, normalmente vinculados a uma perspectiva autonomista, a criarem formulações teóricas que, se analisadas, espelham essa ausência.

É assim que pode ser lido também o espaço ganho pelo abstrato conceito de *multidão* entre pós-operaístas. Ao contrário de *classe trabalhadora*, que vinha a ser um conceito mais social e sociológico do que filosófico, o uso da noção ou conceito de multidão reflete e explicita antes de tudo uma ausência social e sociológica. Ele não se contrapõe ao conceito de classe trabalhadora ou proletariado, mas, ao passo que pretende explicitar e lidar com a pluralidade desta, expõe também a sua indefinição.

Da mesma forma, o conceito de proletariado de Hardt e Negri (2001) mostra-se vago de modo que, o que podemos apreender dele, antes de tudo, é a perda de um proletariado concreto como referente. Na definição deles o proletariado é “uma vasta categoria que inclui todo trabalhador cujo trabalho é direta ou indiretamente explorado por normas capitalistas de produção e reprodução, e a elas subjugado”⁷. Proletariado torna-se apenas um signo de história e de teoria crítica, um signo de sujeito potencialmente político. Na teoria da insubordinação de Holloway (2003), por sua vez, a

⁷ “we understand *proletariat* as a broad category that includes all those whose labor is directly or indirectly exploited by and subjugated to capitalist norms of production and reproduction” (Hardt; Negri (2001, p.52). Deve-se ter claro também que o conceito de trabalho para os pós-operaístas é amplo, incluindo atividades e fazeres que tradicionalmente são postos na esfera da cultura.

luta de classes se mantém como conceito embora não existam classes concretas: as classes se tornam apenas a abstração de pólos de um antagonismo entre o *fazer* e o *feito*⁸.

Partindo de uma leitura pragmatista da obra de Marx, assim como de Proudhon, e sendo conseqüentes com esse pragmatismo, a pergunta que cabe fazermos, portanto, não é *qual trabalho seria produtivo*, ou *qual trabalho produziria mais-valia* hoje em dia. A questão não é identificar o trabalho ou atividade que produziria mais-valia, mas muito mais fundamentalmente saber qual a posição e importância da categoria trabalho produtivo na cultura e imaginário dos atuais movimentos e grupos sociais que portam uma insubordinação e um antagonismo ao poder constituído. O que eles apreendem por trabalho produtivo? Essa categoria ou conceito é importante na articulação do seu imaginário e projeto, ou na sua luta por hegemonia? Quais redescrições, ressignificações e autorrepresentações coletivas estariam em operação na possível constituição de sujeitos políticos e na justificação e legitimação da sua insubordinação e à busca de poder político? Haverá nessas redescrições, ressignificações e autorrepresentações algo comum a diferentes sujeitos que apontem a perspectiva de virem a ser mais próximos entre si do que uma coleção constituinte de uma abstrata multidão? É da força ou poder econômico das categorias que formam movimentos de luta e resistência ao capital nos dias de hoje que pode se fundar ou que se funda seu poder político?

Tais perguntas são fundamentais para reabilitar uma teoria crítica do sistema de reprodução do capital, já não mais como processo de produção, mas como processo de

⁸ Para uma crítica mais extensa da ausência de classes na *luta de classes* de Holloway, ver Vinicius (2014, pp. 38-50).

dominação. Trata-se de encontrar os referentes que possam constituí-la fora do seu estado atual de simulação.

Referências Bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. *Escritos contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001

BAUDRILLARD, Jean. *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995

CASTORIADIS, Cornelius. A Criação Histórica e a Instituição da Sociedade. Parte 3. Palestra realizada em Porto Alegre, 1991 Disponível em <<http://www.caosmose.net/tvalice/podcast/castoriadis/casta3.mp3>> acessado em junho de 2019.

_____. *As Encruzilhadas do Labirinto 2: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COLE, G.D.H. *A Short History of the British Working Class Movement, 1789-1947*. Londres: George Allen & Unwin, 1948.

COLE, G.D.H; FILSON, A.W. *British Working Class: Select Documents 1789-1875*. Londres: McMillan, 1951.

HAMMOND, B.; HAMMOND, J.L. *The Town Labourer, 1760-1832*. Nova York: Augustus M. Kelly, 1967.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2001.

HODGSKIN, Thomas. *Labour Defended Against the Claims of Capital*. 1825. Disponível em < <https://www.marxists.org/reference/subject/economics/hodgskin/labour-defended.htm> >, acessado em junho de 2019.

HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

VINICIUS, Leo. *Antes de Junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Em Debate, 2014.

LINDERMANN, Albert S. *A History of European Socialism*. New haven: Yale University Press, 1983.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. *O Capital*, l.1, v.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 12ªed., 1989.

_____. *Teorias da Mais-Valia*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOSS, Bernard. *The Origins of the French Labor Movement: The Socialism of Skilled Workers, 1830-1914*. Berkeley: University of California Press, 1976.

PARSSINEN, T.M.. Association, Convention and Anti-Parliament in British Radical Politics, 1771-1848. *The English Historical Review*, v. 88, n. 348. jul. pp. 504-533. Oxford University Press, 1973.

PLUM, Werner. *Relatos operários sobre os primórdios do mundo do trabalho*. Bon: Fridreich-Ebert-Stiftung, 1979.

RUSS, Jacqueline. *Le Socialismo Utopique Français*. Paris: Bordas, 1987.

SEWELL Jr.,W. H. Artisans, Factory Workers and the Formation of the French Working Class, 1789-1848. In: KATZNELSON, Ira; ZOLBERG, Aristide R.

(eds). *Working Class Formation: Nineteenth Century Patterns in Western Europe and United States*. Oxford: Princeton University Press, 1986.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operaria Inglesa, v.3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.